

China, a luta pela posse

por Romeo Orlandi*



A história de bispo chinês Taddheus Ma Daqin - apesar de sua trama misteriosa - traz uma tensão não resolvida: as relações entre a China e a Santa Sé. Depois de ser ordenado bispo de Xangai, Ma anunciou que deixou a Associação da Igreja Patriótica Chinesa. O anúncio, dado na histórica Catedral de Santo Inácio, no coração da metrópole da China, foi recebido com um aplauso dos fiéis. Em seguida, o novo bispo desapareceu, alegando estar "em profunda meditação," provavelmente num convento nos arredores de Xangai. O seu destino é desconhecido e a incerteza deixa espaço aberto à interpretação. Certamente a sua nomeação como bispo tem exacerbado as tensões antigas.

Não está claro se isso ocorreu sob as instruções do Vaticano - como parece provável - ou mesmo através da participação da China. A disputa sobre a nomeação é de fato o nó que bloqueou todos os contatos oficiais entre os dois estados. Após a rotura de todo o diálogo, em 1952, a Igreja Católica não é reconhecida por Pequim e é oficialmente proibida. A apreensão dos seus bens e a detenção dos religiosos eram a resposta às acusações de querer subverter a recém-nascida República Popular através de conluios com as forças imperialistas.

Desde então, o Vaticano reconhece Taiwan, onde está o Núncio Apostólico, oficialmente comissionado por toda a China. A Santa Sé - único entre os europeus - é um dos 25 países do mundo com o qual Taiwan mantém relações diplomáticas.

Desde 1957 é ativa a Igreja Patriótica Chinesa, que age sob as instruções de Pequim. Há frequentemente cartazes afixados fora das igrejas com a inscrição: "Ama Deus, ama o teu país". O mais difícil foi o destino reservado para os fiéis que permaneceram leais a Roma, condenados à clandestinidade, a celebração de missas em apartamentos, forçados a uma prática religiosa onde a tolerância se pode transformar em repressão. O regime repressivo abriu-se contemporaneamente às reformas económicas do país, mas é suscetível ao repentino ressurgimento.

A nomeação de bispos é a faúlha que pode atear as tensões. O Vaticano não renuncia obviamente da sua prerrogativa, enquanto Pequim considera a questão, embora religiosa, um assunto interno do país. Não é claro se a fuga de Ma da Igreja patriótica, é uma imposição, uma afirmação de orgulho, um desafio ao regime. No entanto lança luz sobre o destino da Igreja Católica chinesa, 10-12 milhões de crentes divididos entre duas organizações, mas que muitas vezes celebram juntos os sacramentos e missas.

Na realidade, a disputa sobre a nomeação não pode justificar um impasse negocial que dura há sessenta anos. Tão importante, a vicissitude poderia ser facilmente superada pela civilização milenária para a qual essas negociações não inspiram medo. Pequim e o Vaticano não se deixaram de falar, porque os argumentos que os afetam são importantes, da liberdade de culto aos bens eclesiais confiscados, do proselitismo à *one China policy*. Será, portanto, o problema mais complicado de resolver: é preciso muito pragmatismo para conciliar uma vocação religiosa universal com as raízes de um Estado laico e nacionalista. O tempo - que tem ensinado tanto a China como o Vaticano - é um recurso que não conduz à pressa, mas à maturidade.

A retomada das relações é inevitável. Não é por isto necessária ou relativa.

*Presidente do Comité Científico de Osservatorio Asia